

A reforma sindical é, na sua essência, exatamente o contrário do que a propaganda oficial diz, uma política de intervenção e controle dos sindicatos pelo Estado. Por isso, toda a mobilização em torno dos sindicatos que se opõem a ela deve ter como palavra-de-ordem central a de “rejeitar integralmente a ‘Carta del Lavoro’ do governo Lula”. Esta rejeição implica, portanto, em recusar tanto “corrigir” a reforma de Lula, aproveitando os seus pontos positivos, como apresentar uma “outra” reforma.

Os sindicatos e todos os integrantes do movimento da classe operária devem rejeitar a tentativa do Estado capitalista, mesmo dirigido por um partido de esquerda e por sindicalistas, de determinar a organização da classe operária. Esta é uma questão central de princípios, da qual depende inteiramente a questão central da luta operária, a saber, a sua independência diante da burguesia.

Somente os próprios trabalhadores nas suas assembleias sindicais devem ter a autoridade para decidir os estatutos dos sindicatos, as suas formas de organização, a eleição dos seus membros, a sua organização confederativa etc.

Ao Estado capitalista a posição histórica da classe operária é clara: total liberdade de organização e de greve, sem qualificações, sem restrições, sem emendas, sem nada.

Toda a agitação política nos sindicatos deve ser dirigida para congregar o mais amplo bloco oposicionista, que seja capaz inclusive de atrair setores vacilantes dentro da própria base do governo para lutar contra a reforma sindical.

É importante assinalar, em passant, que qualquer política abstencionista diante desta luta no interior da CUT e dos sindicatos, ao estilo PSTU-Conlutas, é uma política de completa capitulação diante do governo e do imperialismo, uma política de traição aos interesses da classe operária, que somente poderá ter como consequência inevitável a completa desagregação das correntes que enveredarem por este caminho.

A decisão de alguns sindicatos de desfiliar-se da CUT na véspera das plenárias que iriam decidir a questão da reforma sindical e, pior ainda, sem qualquer propósito prático, a ponto de alguns, como a Federação dos Previdenciários terem adotado a posição bizarra de não sair da CUT, mas de parar de pagar a entidade, o que somente serviu para impedir a presença de delegados oposicionistas, confirma isso porque constitui uma aliança tácita destes setores com o governo Lula para que a proposta de fosse vitoriosa dentro da CUT.

III. Universidade

Reforma Universitária

A Reforma Universitária do governo Lula está em andamento desde o ano passado e teve seu principal projeto, o Prouni, aprovado por Medida Provisória, após intensa negociação com os capitalistas do ensino superior. O Prouni significa a institucionalização do desvio de verbas públicas para as universidades privadas, ou seja, a compra de vagas nas universidades particulares pelo governo. A transferência de recursos públicos para as universidades pagas é realizada através da isenção de impostos em troca de um número insignificante de bolsas e do financiamento público

para a ocupação imediata de cadeiras ociosas. Deve-se ressaltar que as universidades privadas estão em uma crise profunda, haja vista os dados das próprias mantenedoras que apontam, em alguns casos, até 50% de vagas ociosas e cerca de 40% de inadimplentes. O Prouni é uma verdadeira tábua de salvação para os empresários do ensino.

O governo pretende agora impor a outra parte da reforma, que se refere à privatização por dentro do ensino superior público.

O governo do PT pretende aprovar a “autonomia universitária” que, ao contrário do que diz o nome, representa a autonomia dos reitores, cargos de confiança indicados pelo governo, para que estes de forma arbitrária ampliem as alianças com empresas capitalistas dentro das universidades públicas, como acontece na USP (Parque Tecnológico), Unicamp (Monsanto, Microsoft) e Unesp (Banespa/Santander). De modo geral, o corte de verbas públicas e o atrelamento com a iniciativa privada é a política dos governos e das reitorias para as universidades brasileiras.

Além disso, a “autonomia universitária” fortalece o cargo de reitor, expressão do que existe de mais reacionário dentro da universidade, significando uma verdadeira ditadura contra a comunidade acadêmica e permitindo aos mesmos “regular” o seu próprio processo eleitoral, promover “punição generalizada”, liberar ou não a organização sindical e estudantil, firmar convênios, extinguir cursos, modificar currículos, remanejar e demitir funcionários e, ainda, estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de alunos.

Outro aspecto da Reforma Universitária que demonstra de forma clara que a reforma do governo Lula não é a reforma que os estudantes querem, mas a reforma que os empresários do ensino exigem, é a regulamentação do ensino superior privado.

O desenvolvimento da crise capitalista e o aumento abusivo das mensalidades fez com que crescesse de forma extraordinária a inadimplência nas universidades privadas. Em defesa dos empresários, em 1998, o Governo FHC aprovou a chamada “Lei de Mensalidades”, um mecanismo que permitiu que as universidades privadas tratassem os estudantes como verdadeiros consumidores na tentativa de inibir a inadimplência.

A regulamentação do ensino privado, na verdade, nada mais é do que a consolidação e o aperfeiçoamento da lei criada em 1998 pelo Governo FHC, ou seja, o aumento da repressão econômica das reitorias/mantenedoras sobre os estudantes para garantir os lucros dos tubarões do ensino.

A regulamentação do ensino privado, entre vários pontos, defende a ampliação do número de vagas nas universidades privadas em até 50%, cria um método de avaliação do ensino privado chamado de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) que é controlado pelos próprios tubarões do ensino, concede um período de três anos para o funcionamento de qualquer estabelecimento de ensino superior até que o MEC efetivamente faça seu credenciamento, aceita a entrada de capital estrangeiro no ensino superior brasileiro estipulando um teto (*sic!*) que pode variar entre 30% e 50% do capital total da instituição, ainda consolida o ENEM e o “ciclo básico” como mais outras formas de vestibular oficial.

Assim como o ensino pago, o vestibular é o mecanismo de maior exclusão da população do

ensino superior. Atualmente, nem 2% da população brasileira está na universidade. Pouco mais de três milhões de pessoas têm acesso ao ensino superior, destas 88% frequentam universidades pagas, o que significa que a educação superior pública e de qualidade é privilégio de menos de 0,5% da população. A reforma universitária aprimora esse mecanismo de exclusão que é o vestibular e, portanto, deixa de atender à necessidade da maioria da população, ou seja, o acesso à educação.

Por isso, os estudantes, a esmagadora maioria nas universidades, não devem se submeter aos desmandos da reitoria e dos governos burgueses. Em aliança com a classe operária não devem aceitar os ataques do governo Lula sobre o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade. Apenas um verdadeiro governo de trabalhadores da cidade e do campo realizará uma reforma universitária que atenda aos interesses da maioria da população. Na luta contra a reforma universitária e pela defesa do ensino público, os estudantes devem lutar pela extinção do cargo de reitor e pelo controle total da universidade.

**Não à reforma universitária de Lula-FMI;
Verbas públicas somente para universidades públicas;**

Não às parcerias da universidade pública com as fundações privadas;

Não à regulamentação do ensino pago;

Abaixo a Lei de Mensalidade;

Pelo fim do ensino pago;

Pelo fim das reitorias;

Não à paridade na universidade;

Governo tripartite de maioria estudantil em todos os órgãos colegiados;

Pelo fim do vestibular;

Universidade pública, gratuita e de qualidade para todos;

Por uma universidade a serviço da luta de classes e do proletariado;

Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo;

Pelo socialismo.

Unesp

No estado de São Paulo, há anos que estudantes, funcionários e professores das universidades estaduais, USP, Unicamp, Unesp e Fatec, vêm realizando uma série de manifestações, paralisações e greves, que em 2004 chegaram a durar até cinco meses, reivindicando o maior investimento do Estado nas universidades públicas, o reajuste salarial e o fim da política de privatização do ensino superior.

Os professores das Fatec’s e ETE’s estão sem reposição salarial há 10 anos. Orepare do ICMS, que em 1995 era de 0,792% hoje está em 0,496%, além disso 33 escolas técnicas correm o risco de serem fechadas, eliminando 11.787 vagas públicas. Se os parâmetros utilizados para o fechamento das ETE’s forem utilizados para as Fatec’s, isso implicará no fechamento de 90% das vagas de ensino superior em tecnologia gratuito no Estado de São Paulo.

A Unesp é o maior exemplo da calamidade em que vivemos as universidades públicas de São Paulo. Segundo estudantes da unidade de Franca, com cerca de dois mil alunos, há 72 pontos de risco em todo o prédio do campus, além de um déficit de 40 professores.

A verba destinada para a construção do novo campus Barra Funda em São Paulo e para a restauração do campus de Rio Claro, cerca de R\$ 128 milhões, foram barradas pela reitoria sem nenhuma

ma alegação, prejudicando milhares de alunos.

Faltam moradias em quase todas as unidades. Recentemente os estudantes realizaram uma ocupação do campus de Araraquara reivindicando ampliação da moradia que, contando com míseras 96 vagas, está superlotada, abrigando perto de 150 alunos. Em Bauru, onde não possui nenhuma moradia, a luta por construção de blocos está sendo travada há anos.

Grande parte dos campi não possuem restaurante universitário e os que possuem têm preços altíssimos. Na maioria das vezes a quantidade de refeições servidas é limitada.

A Unesp de Marília é mais outro exemplo do sucateamento das faculdades. Não há restaurante universitário, há 35 computadores e três impressoras para dois mil estudantes e o serviço de fotocópia, que foi totalmente privatizado, explora os estudantes cobrando um preço abusivo.

O plano de expansão realizado por Alckmin em 2003, criando as Unidades Diferenciadas (UD's), mostra ser na prática mais uma demagogia do estado burguês para tentar enganar a população. Na UD de Rosana, os estudantes estão sem professores contratados em regime de dedicação integral, num ambiente totalmente precarizado, sem laboratórios, assistência ao estudante e bibliotecas defasadas. A primeira turma de formandos, que deveria ser de 2007, está sem previsão para a conclusão do curso.

O governo Alckmin, tipicamente burguês, está em consonância com a política do governo Lula e do imperialismo, em não atender nenhuma das reivindicações dos trabalhadores e dos estudantes. Muito pelo contrário, utiliza balas de borracha, cassetetes e gás lacrimogêneo contra os estudantes, como foi o caso da greve da Fatec, da repressão aos estudantes da USP e, posteriormente, da mobilização contra a Reforma Universitária dos estudantes da Puc-SP na Avenida Sumaré.

A política de cortar gastos com a educação superior pública para aumentar o lucro de empresários através de isenções fiscais e transferir diretamente dinheiro público para as universidades privadas através de programas como o Escola da Família, que apenas neste último ano desviou cerca de R\$ 190 milhões, acelera o processo de sucateamento e privatização das universidades públicas de São Paulo.

**Fora o Banespa/Santander da UNESP;
Inclusão das UD's no estatuto da UNESP com aumento de verbas;**

Não à privatização dos serviços de fotocópia;

**Construção de novos blocos de moradias;
Manutenção das moradias;**

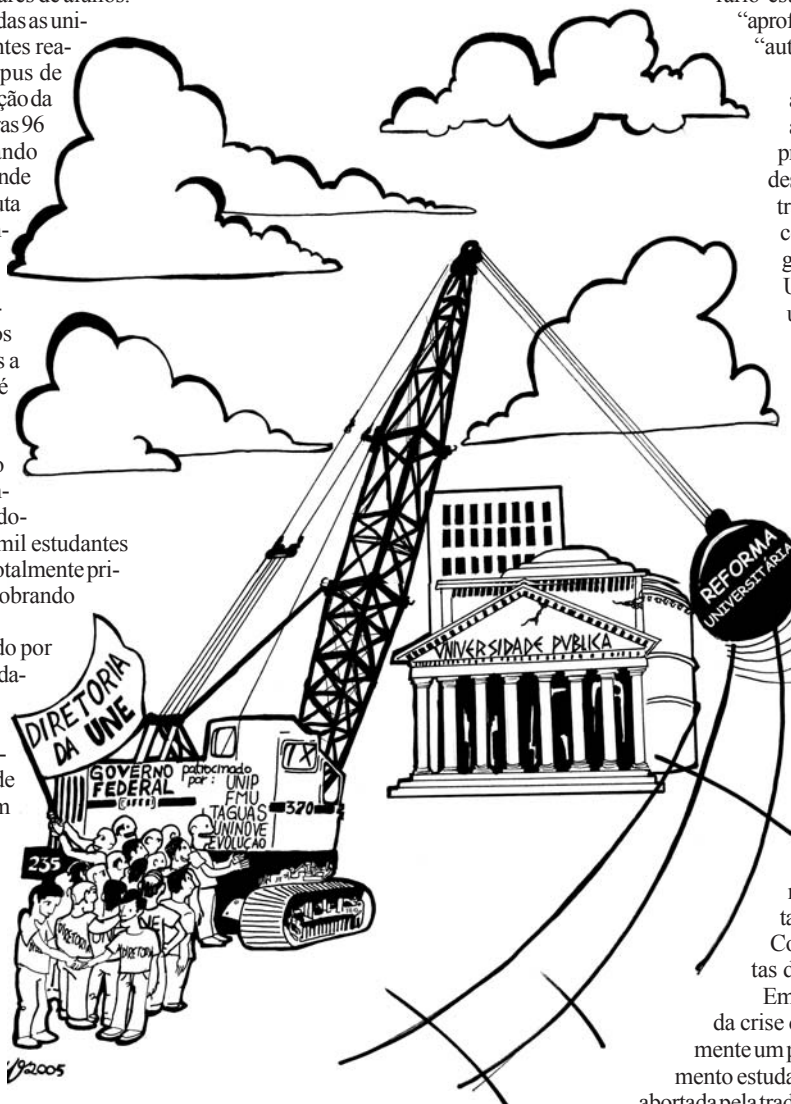
Ampliação da bolsa PAE;

Contratação de professores em toda a UNESP em RDIDP;

Contratação de funcionários;

Reajuste salarial com reposição de todas as perdas para professores e funcionários;

Manutenção e ampliação de laboratórios



e bibliotecas;

Aumento de verbas do Estado para as universidades públicas;

Verbas públicas apenas para as universidades públicas.

IV. Movimento Estudantil

Da Ditadura Militar ao Governo Lula

Em 1977, reivindicando o fim da ditadura militar e a vigência das liberdades democráticas, os estudantes saem às ruas de todo o país e iniciam um vasto movimento de reconstrução das suas entidades de base, desembocando na reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1980 no Congresso de Salvador.

Já naquele momento, a direção do movimento estudantil foi garantida pela UJS/PCdoB por conta de suas ligações com a burguesia dentro do MDB, bem como pela maior dureza do seu aparato, constituído a partir da ala direita do stalinismo na década de 60.

As tentativas de criação de uma alternativa à política da UJS/PCdoB giravam em torno da Ação Popular, que mais tarde acabou ingressando no PT. No entanto, as tendências centristas que atuam no seu interior se opõem, de uma maneira geral, à criação de uma juventude ou tendência estudantil de massas, negando-se a lutar pelo governo operário e camponês e pela aliança ope-

rário-estudantil, em nome da defesa do “aprofundamento da democracia” e da “autonomia do movimento”.

Sem uma verdadeira oposição, a UJS levará a UNE nos seus 8 anos de gestão à paralisia e a mais profunda e degradante integração desta entidade ao Estado-burguês, transformando-a em um apêndice do MEC. O domínio da burguesia sobre a UNE através da UJS/PCdoB transforma-se em uma política clara de estrangulamento do movimento estudantil, caracterizando um período de refluxo, que permitirá ao governo Sarney lançar uma ofensiva jamais vista contra a educação neste país.

Entre os anos de 1988 e 1989, a Articulação (campo majoritário do PT) impõe uma verdadeira ditadura dentro do partido e lança Lula, pela primeira vez candidato à Presidência da República, em aliança com setores da burguesia.

O PCdoB em crise, se apóia no PT, integrando-se na “Frente Brasil Popular” e ingressando na CUT. Assim, dois anos após ser derrotada, a UJS/PCdoB é alçada novamente à direção da entidade, exatamente quando tem início a “Era Collor”, umas das mais turbulentas da história do país.

Em 1992 com o “Fora Collor”, auge da crise da burguesia, iniciou-se novamente um processo de retomada do movimento estudantil, mas que foi mais uma vez abortada pela tradicional política de apoio aos governos da burguesia contra os estudantes, predominante na direção da UNE.

Desta vez, por consideração ao serviço prestado à burguesia, foi concedido para a burocracia estudantil aquilo que viria a ser o maior mecanismo de corrupção no interior do movimento, a saber, o monopólio sobre as carteirinhas de meia-entrada.

Durante todo o período que tem início na era Collor, atravessa o governo FHC e chega à eleição de Lula, o predomínio é de uma política burguesa no movimento estudantil, de apoio aos governos inimigos da educação e dos estudantes. Neste período o movimento estudantil experimentou grandes derrotas, a maior delas sendo o fortalecimento do ensino pago e o sucateamento sem precedentes das universidades públicas.

A UJS/PCdoB, diante de toda esta ofensiva da burguesia, minou todas as tentativas de mobilização dos estudantes, atuando no sentido de esvaziá-las e desmoralizá-las.

Nesse sentido, um centro para a mobilização unitária nacional dos estudantes somente poderá ser criado através de uma profunda mobilização de massas e da retirada da UJS das entidades estudantis. Neste sentido, a luta por mobilizar a massa estudantil nas universidades, em suas entidades de base, é a única alavanca real para reconstruir a UNE como organização de luta do movimento estudantil nacional.

A luta pela reconstrução da UNE é a luta pela

independência do movimento estudantil diante da burguesia. Nesse sentido, a UJS/PCdoB, braço da burguesia no movimento estudantil, deve ser derrotada em todas as entidades a partir da unificação de todos os estudantes.

Fora a UJS do movimento estudantil

Por uma frente de todas as organizações e estudantes da esquerda para tirar a UJS das direções das entidades estudantis e impulsionar a luta dos estudantes;

Unidade dos estudantes contra a burocracia estudantil;

Pelo fim da máfia das carteirinhas;

Pelo fim de todo esquema de sustentação do movimento estudantil pelos negócios capitalistas;

Que as entidades estudantis sejam sustentadas apenas com a mobilização política dos estudantes;

Fim de todo e qualquer salário para dirigentes estudantis;

Por uma nova direção para o movimento estudantil;

Por um movimento estudantil independente, classista e combativo;

Reconstruir a UNE, a UEE e o DCE pela base;

Que as entidades estudantis sejam um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores, da juventude e de todos os explorados contra os governos capitalistas;

Pela aliança operário-estudantil.

Conclute – política sectária e capitaladora do PSTU

A vitória da frente popular, obriga a UJS/PCdoB assumir de forma direta o apoio aos ataques dos governos burgueses contra os estudantes. A defesa da Reforma Universitária provoca uma crise no interior da burocracia e o enfraquecimento significativo de sua dominação sobre as entidades estudantis.

O Conclute, longe de representar uma alternativa a essa crise da burocracia é a expressão dessa mesma crise, na medida em que é impulsionada por um setor minoritário (MRS/PSTU) da burocracia.

Assim como a UJS, o PSTU experimentou o seu auge na direção da UNE no momento de sua maior burocratização, durante o processo do 'Fora Collor' e da concessão dos monopólios das carteirinhas de meia-entrada pelo governo.

Durante toda a década de 90, período de duros ataques contra os estudantes e trabalhadores, o PSTU seguiu a risca a orientação política de todas as direções estudantis e sindicais que hoje estão no governo, sendo avalistas da política do PCdoB na UNE.

No momento em que o movimento estudantil apresenta sinais de ascenso e de superação da política burguesa e quando a UJS passa pelo momento de sua maior crise, o PSTU e setores minoritários que nada mais são do que seus satélites políticos, propõem dividir o movimento estudantil e deixar a UJS sozinha na UNE, uma capitulação sem precedentes.

Não há outra maneira de classificar a política do PSTU, senão de uma debandada política, uma verdadeira capitulação diante das manobras da burocracia para se manter à frente da entidade, apesar da ausência total de apoio dos estudantes.

Contra a política divisionista do Conclute do movimento estudantil;

Unidade da esquerda contra a UJS que dirige a UNE e o DCE da Unesp.

Balanço do DCE

ODCE da Unesp, assim como a UNE e a UEE-SP, está nas mãos do PCdoB/UJS, grupo que defende a Reforma Universitária, um claro ataque a Universidade Pública.

No último CEUF de Bauru, em 2004, a direção composta pela UJS foi destituída, porém, por não haver um movimento de oposição organizado, a burocracia dominou o processo eleitoral, privando a maioria dos alunos de se candidatar, pois as datas de inscrição não foram divulgadas e não foi organizado nenhum debate. Através de muitas manobras e fraudes, a UJS se constituiu novamente maioria no DCE, continuando a ser um entrave para a organização do movimento estudantil da UNESP e FATEC.

A falência da diretoria do DCE se demonstrou em vários momentos durante a sua gestão. No Conselho de Entidades Estudantis de março, realizado em Rio Claro, a esmagadora maioria das entidades estudantis defenderam a proposta de eleições diretas para a escolha dos RD's no Conselho Universitário, enquanto a diretoria do DCE já havia indicado para as cadeiras estudantis os membros de seu próprio grupo político. Na plenária final, quando seriam encami-

nhadas todas as discussões realizadas para votação, a diretoria do DCE forneceu as provas definitivas de sua política anti-estudantil dizendo que não haveria votação sobre a realização de eleições diretas para o Conselho Universitário e assim, o conselho estava encerrado. Por fim, diante dos protestos generalizados do plenário, a UJS se "retirou" levando consigo apenas 5 entidades. Tal debandada expôs a fragilidade das direções pelegas do movimento estudantil que mostram, não têm nenhum apoio da base.

Durante este ano de 2005 tivemos ocupações pela ampliação da assistência estudantil e mais verba para a universidade pública nos campus de Araraquara, Marília, Rio Claro e Presidente Prudente, houve também greve na Unidade Diferenciada de Ourinhos, mas todos movimentos foram feitos independentemente do DCE que não passa de uma entidade burocratizada pelos seus diretores.

A diretoria do DCE, da UJS/PCdoB é um entrave para a luta dos estudantes da UNESP/Fatec. Só através da retirada da UJS/PCdoB do DCE da Unesp e do movimento estudantil em geral é que poderemos enfrentar os ataques do governo Lula à educação universitária como por exemplo, a implementação da Reforma Universitária.

ARARAQUARA—CIÊNCIAS SOCIAIS

PSTU tenta impedir eleição de delegados de oposição à burocracia da USJ/PCdoB

Numa atitude de apoio à burocracia da USJ/PCdoB que dirige a UNE (União Nacional dos Estudantes) e o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Unesp, um grupo de militantes do PSTU, na noite do dia 19 de agosto, sexta-feira, tentou impedir que o CAFF (Centro Acadêmico Florestan Fernandes) realizasse a eleição de delegados do curso de Ciências Sociais para participarem do XVII CEUF (Congresso de Estudantes da Unesp e Fatec).

Usando desculpas como "que a comissão eleitoral era irregular", que o edital "estava irregular", "que a urna deveria ser fechada às 21:30hs e não às 22:00", o grupo do PSTU, que não conseguiu organizar sua própria chapa para debater propostas e disputar a eleição de delegados com a única chapa inscrita, nem ao menos procurando os membros do Centro Acadêmico para demonstrar interesse em participar do Congresso como delegados, fez um verdadeiro "piquete" em frente a mesa de votação para impedir que a eleição obtivesse quorum.

A forma encontrada pelo PSTU de tentar acabar com o processo eleitoral foi, com um grupo de mais de cinco pessoas, partir pra cima de duas estudantes que estavam na mesa de votação, causando constrangimento e coagindo as mesmas encerrarem o processo antes do final das aulas, sabendo que vários alunos, que não tiveram intervalo, votariam na hora da saída.

Tal atitude demonstra que o PSTU não é grupo político sério, mas sim uma camarilha

que não faz nada além de política baixa, de bastidores, como calúnias e agressões morais a qualquer estudante que tenha o mínimo interesse em travar uma luta política séria e organizada contra a burocracia estudantil da UJS/PCdoB.

O PSTU tentou impedir a ida de delegados da chapa AJR - Reconstruir o DCE pela Base ao Congresso da Unesp, porque eles sabem que esta chapa é a única que realmente tem condições em defender os interesses dos estudantes, com uma política clara contra a Reforma Universitária, de liquidação da UJS/PCdoB do movimento estudantil e de reconstruir as entidades estudantis pela base.

Ao invés de se posicionar ao lado da chapa AJR - Reconstruir o DCE pela Base, que inclusive faz um chamado público, em sua tese, em seu manifesto, de formação de uma unidade de todos os estudantes e de toda esquerda para travar uma luta contra a UJS, o braço dos donos das escolas pagas no movimento estudantil, o PSTU, com sua política sectária e divisionista, atua no sentido de fornecer uma sustentação de "esquerda" para a burocracia do DCE, apoiando abertamente a política da UJS/PCdoB se opondo a que os delegados da Aliança da Juventude Revolucionária fossem eleitos. Os estudantes devem repudiar a atitude dos militantes do PSTU e seus "amigos", assim como se organizar em torno de uma política de participação em massa no CEUF para travar um verdadeiro combate contra a UJS/PCdoB.

ENTRE EM CONTATO COM A AJR

Entre em contato com um membro da AJR pelo tel: (11) 5584-9322, no endereço Av. Miguel Stéfano, nº 349, São Paulo - SP, CEP 04301-010; pelo e-mail ajr@pco.org.br. Em Araraquara tel: (19) 8129-5435, falar com Aline. Visite nosso site: www.pco.org.br/ajr